

## **PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA, UMA METODOLOGIA VOLTADA PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO: SUA IMPORTÂNCIA NAS CASAS FAMILIARES RURAIS**

Márcia Aparecida Pereira Rodrigues<sup>1</sup>

Douglas Ortiz Hamermüller<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O presente artigo aborda a Pedagogia da Alternância e as Casas Familiares Rurais (CFRs), tendo como objetivo analisar a sua contribuição para a educação do campo. Para tanto, foi realizada uma pesquisa teórica referente à história, aos princípios e métodos da Pedagogia da Alternância. Essa proposta pedagógica surgiu pela iniciativa e necessidade dos agricultores, dando significado, de forma teórica-prática, para a formação de jovens e adolescentes que residem no meio rural, visando desenvolvê-los integralmente, nos aspectos econômicos, sociais, políticos e pessoais, apresentando benefícios e proporcionando o desenvolvimento local. A análise aqui proposta demonstrou que a Casa Familiar Rural, utilizando-se da Pedagogia da Alternância, é uma instituição com papel importante para a educação do campo, pois apresenta instrumentos próprios e uma metodologia inovadora, que contribui diretamente no processo ensino-aprendizagem.

**Palavras – Chave:** Alternância, Educação, Instrumentos da Pedagogia da Alternância.

---

<sup>1</sup> Tecnóloga em Alimentos- Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo-Ead, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Nova Tebas, email: marcinha\_iretama@hotmail.com

<sup>2</sup> Educador Orientador, UFPR Litoral.

## 1 - INTRODUÇÃO

A partir da experiência vivida na atuação durante alguns anos em que trabalhei na Casa Familiar Rural de Iretama-PR, a qual pratica a Pedagogia da Alternância, foi possível observar a diferença da metodologia aplicada com os educandos, quando comparada com as escolas tradicionais. O trabalho é realizado a partir da realidade dos jovens, havendo grande participação das famílias na formação dos mesmos. Um dos diferenciais da CFR é a utilização dos instrumentos da Pedagogia da Alternância na prática pedagógica, tais como: a colocação em comum; plano de estudos; visita de estudos; visita a propriedade do jovem morador; entre outros. Tais instrumentos facilitam o aprendizado e proporciona aos jovens e familiares a troca de experiências com outros jovens e com os educadores da CFR, que são monitores da área técnica e professores da rede pública estadual.

Essa metodologia de ensino promove um enlace entre trabalho desenvolvido na propriedade e o conhecimento teórico adquirido, valorizando a experiência do aluno numa interação entre escola, família e comunidade, utilizando a interdisciplinaridade e os eixos temáticos no processo de aprendizagem. Assim, proporciona uma educação com formação integral que respeita as peculiaridades regionais, valorizando a história do homem do campo, sua cultura e valores.

Afim de disseminar essa metodologia e sua importância para a educação do campo e para as Casas Familiares Rurais, o presente artigo objetiva estudar: 1) Pedagogia da Alternância; 2) conceituar a proposta da educação do campo no Brasil; 3) abordar a educação do campo e as práticas pedagógicas das CFRs através da Pedagogia da Alternância; 4) evidenciar a legislação sobre a Pedagogia da Alternância e Educação do Campo; 5) por fim, apresentar as considerações finais.

Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa teórico-bibliográfica embasada em literatura pertinente ao tema e suporte na legislação vigente.

### **3. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO**

#### **3.1 PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA**

Estevam (2003) relata que no Brasil, a Pedagogia da Alternância foi implementada na década de 60, mas precisamente no ano de 1968, após muitos diálogos, no estado do Espírito Santo, por influência de um padre Italiano, onde foi implantada a primeira ECA (Escola Família Agrícola).

Segundo Gowacki (et. al., 2007) o segundo movimento de formação por alternância surgiu na década 1980, desvinculado das EFA`s e vinculada diretamente ao Movimento Internacional Maisons Familiaes Rurales - MFR`s , a CFR do Estado de Alagoas (1981) e em 1984 em Riacho da Almas – PE. No Paraná a primeira Casa Familiar Rural iniciou-se em 1989 (mil novecentos e oitenta e nove) no município de Barracão.

Com a rápida expansão do programa, em 1991, houve a necessidade de se implantar a Associação das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil – ARCAFAR Sul, com o intuito de coordenar os trabalhos de implantação, manutenção e acompanhamento dos projetos das CFR`s, disseminando e garantindo a proposta de formação através da Pedagogia da Alternância

Em 2001, iniciou-se a organização do CEFFA`s – Centros Familiares de Formação por Alternância, uma organização a nível nacional, que integra as redes UNEFAB e ARCAFAR`s, para que juntas ampliassem as forças, na busca de interesses em comum, como as políticas públicas.

Para Gowacki et al (2007) a Pedagogia da Alternância e o seu desenvolvimento teve origem e é desenvolvida de acordo com as necessidades da agricultura familiar. Essa dinâmica, que acontece nas Casas Familiares Rurais (CFRs) e nas Escolas Famílias Agrícola (EFAs) é definida por Estevam (2003) como um diferencial para a pequena propriedade. Para o autor, a alternância, é a grande

facilitadora do processo de formação, uma vez que o jovem faz a ligação entre o conhecimento científico na CFR, assim, esse processo da alternância possibilita o contato entre a realidade vivida e o conhecimento científico adquirido na CFR, despertando o interesse no jovem pelo aprendizado e conseqüentemente o da família e da comunidade.

Pode-se dizer que esta também articula prática e teoria numa práxis e realiza-se em tempos e espaços que se alternam entre escola e propriedade, comunidade, assentamento, acampamento ou movimento social ao qual o educando está vinculado, atribuindo grande importância à articulação entre momentos de atividade no meio socioprofissional do jovem e momentos na escola. Além das disciplinas escolares básicas, a educação nesse contexto engloba eixos temáticos que se relacionam à vida associativa e comunitária, ao meio ambiente e à formação integral nos meios profissional, social, político e econômico (Gimonet, 1999; Estevam, 2003; Silva, 2005; Begnami, 2006).

Segundo Gowacki et al (2007) a pedagogia da alternância está apoiada em quatro pilares, que são: os pilares fins – a formação integral e personalizada (projeto de vida) e o desenvolvimento do meio (social, econômico, humano, político, ambiental) e os pilares meios – a alternância (uma metodologia apropriada) e a Associação local (famílias, instituições profissionais.). Cada um destes tem inter-relação com os demais. Begnami (2006) diz que “A inter-relação dos quatro componentes é fundamental para uma verdadeira alternância em educação.”

Para Silva (2006), no âmbito pedagógico, a Alternância representa mais do que característica de sucessões repetidas de seqüências, objetiva desenvolver na formação dos jovens, situações em que o meio escolar se interage com o mundo que o cerca. Segundo o autor, ao apresentar uma nova dinâmica de interação aos atores do projeto educativo, a formação em alternância contempla em seu interior uma problemática complexa em termos de relações construídas entre o meio escolar e o meio familiar.

### 3.2 A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Segundo GOWACKI (et. al., 2007) a educação do campo, no Brasil, sempre aconteceu a partir de referenciais urbanos e dos objetivos do capital, contrapondo às necessidades básicas da população do campo.

Em julho de 1997, em Brasília, aconteceu I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária – I ENERA promovido pelos Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em parceria com: Universidade de Brasília (UnB), Fundo das Nações Unidas para a Infância e Juventude (UNICEF), Organização das Nações para a Educação e Cultura (UNESCO) e Conferência Nacional do Bispos do Brasil (CNBB), no qual foi lançado um desafio: pensar a educação pública a partir do mundo do campo, levando em conta o seu contexto em termos de sua cultura específica, quanto à maneira de conceber o tempo, o espaço, o meio ambiente e quanto ao modo de viver, de organizar família e trabalho (KOLLING, et al 2002).

Conforme consta no Caderno Secad 2 (2007) as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo, aprovadas em 2001 pelo Conselho Nacional de Educação representam um importante marco para a educação do campo porque contemplam e refletem um conjunto de preocupações conceituais e estruturais presentes historicamente nas reivindicações dos movimentos sociais. Dentre elas, constam: o reconhecimento e valorização da diversidade dos povos do campo; a formação diferenciada de professores; a possibilidade de diferentes formas de organização da escola; a adequação dos conteúdos às peculiaridades locais; o uso de práticas pedagógicas contextualizadas; a gestão democrática; a consideração dos tempos pedagógicos diferenciados; a promoção, por meio da

escola, do desenvolvimento sustentável e do acesso aos bens econômicos, sociais e culturais.

A proposta de Educação do Campo está baseada em Paulo Freire e busca oferecer uma educação de qualidade voltada às necessidades locais. Busca o aprender com alegria e esperança, com a convicção de que a mudança é possível. Que ensinando se aprende e aprendendo se ensina, e para isso exige competência profissional e generosidade pessoal, sem autoritarismo e arrogância, num clima de respeito mútuo e disciplina saudável entre educadores e educandos. (GOWACKI, et. al., 2007).

Caldart (2004) destaca que os desafios que se impõem aos sujeitos da Educação do Campo é o da práxis, e para isto faz-se necessário que nos questionemos constantemente “*o que é mesmo a Educação do Campo e quais são os seus fundamentos principais.*” Segundo o mesmo autor, a proposta é tomar a educação o campo como um processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores do campo, originado a partir do ponto de vista dos camponeses e da luta de suas organizações. Para ela, isso significa que se trata de uma educação (política e pedagógica) que envolve interesses sociais, políticos, culturais de um determinado grupo social. Trata-se, então, de pensar uma educação (processo universal), a partir de uma singularidade, isto é, de sujeitos concretos inseridos em determinadas condições sociais de existência em um determinado tempo histórico.

### **3.3 EDUCAÇÃO DO CAMPO E A PRÁTICA PEDAGÓGICA DAS CASAS FAMILIARES RURAIS ATRAVÉS DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA**

A Educação do Campo em sua especificidade considera os educandos sujeitos de seu desenvolvimento, que podem e devem contribuir para um maior engajamento dos sujeitos do campo em sua realidade atuando de forma crítica.

Estes aspectos são amplamente contemplados pela proposta pedagógica das Casas Familiares Rurais, que possui uma formação voltada para o sujeito e não segue um currículo pronto e sim uma relação dialógica entre família comunidade e escola (GOWACKI, et. al., 2007).

Segundo Quadros et al (2007) as Casas Familiares Rurais possuem instrumentos pedagógicos, tais como, Plano de Estudo com temas geradores escolhidos a partir de um diagnóstico da realidade local, Caderno de Pesquisa, Caderno de Acompanhamento sócio-profissional, Estágios, Avaliação do Processo Formativo, Visitas de estudo, Caderno Didático, Visita de Acompanhamento familiar, entre outros, que representa uma das características específicas da Pedagogia da Alternância.

São estes instrumentos e atividades que podem fazer a diferença na educação do jovem agricultor. Se bem desenvolvidos pelos Monitores e educadores, eles podem fazer com que a alternância seja "um processo formativo contínuo que acontece na descontinuidade das atividades".

O Plano de Formação compõe o que chamamos de um dispositivo pedagógico onde estas atividades e ferramentas são organizadas e articuladas (QUADROS, et. al. 2007).

Conforme (GOWACKI, et. al., 2007) cada Casa Familiar Rural elabora o seu planejamento, levando em conta as necessidades e as formas que possibilitem o desenvolvimento dos jovens e suas respectivas famílias/comunidades, através de atividades específicas de cada espaço e tempo, embasados na composição do saber: prática e teoria provocando uma interação entre os meios

Com os temas geradores, ocorre um diálogo entre as diversas áreas do conhecimento e a realidade do educando, com uma abordagem crítica entre a realidade e o conteúdo, rompendo com o modelo de escola alienante. Sem dispensar o conhecimento universal acumulado (conhecimento científico), este conhecimento é ensinado, estabelecendo relação com a realidade, dando sentido na

vida do educando (GOWACKI, et. al., 2007).

A Pedagogia da Alternância exige uma formação específica para os professores, que não tem sido considerada nas licenciaturas. Por isso, as entidades e organizações que vêm adotando esse método optam pela contratação de monitores que, de modo geral, são agrônomos ou técnicos agrícolas. Os licenciados que escolhem trabalhar com a Pedagogia da Alternância fazem cursos oferecidos por aquelas entidades e/ou organizações (Begnami, 2004; Estevam, 2003; Lambert, 2002).

O monitor tem um papel importante no processo ensino aprendizagem da Pedagogia da Alternância, pois cabe a este profissional acompanhar, animar, dinamizar todas as atividades a serem desenvolvidas nas CEFFA'S. Pode-se dizer que este é um catalisador e da alternância, pois sua tarefa é fazer com que todos os atores (alunos, famílias, lideranças comunitárias, profissionais e instituições) interajam para que a formação aconteça. O monitor atua em tempo integral, e, além de animar aulas, acompanha o internato, o projeto de vida de cada jovem, visita periodicamente as propriedades, tornando-se o elo permanente entre escola, família, comunidade e instituições. Sendo assim, o trabalho em equipe se torna essencial para o êxito do projeto. (GOWACKI et al, 2007).

A Casa Familiar Rural e os CEFFA's de um modo geral formam sujeitos críticos, capazes de intervir em decisões importantes e de se posicionam frente aos fatos e frente ao mundo, desenvolvendo-se como liderança e, esta prática tem contribuído para a construção da proposta de Educação do Campo.

### **3.4 LEGISLAÇÃO SOBRE PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO**

A educação do campo e a pedagogia da alternância conseguiram

obter algumas conquistas no âmbito das políticas públicas, uma das principais, aconteceu com a elaboração do parecer nº 36, publicado em Brasília, em 04 de dezembro de 2001, e a Resolução nº 01, de 03 de abril de 2002, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação CNE/CEB propuseram e instituíram *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo*, com o objetivo de definir procedimentos relativos à universalização do acesso a educação básica à população rural (*Diretrizes Operacionais para as Escolas do Campo*, 2002).

Antecedendo este parecer, a LDB – Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 já estabelecia critérios diferenciados para a educação do campo, como deixa claro em seu Art. 28, que estabelece que oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente.” Quanto aos conteúdos, devem ser apropriados, as metodologias e interesses dos alunos da zona rural, com adequação do calendário escolar ao calendário agrícola e condições climáticas e à natureza do trabalho na zona rural (*Caderno SECAD 2*, 2007).

No art. 23, recomenda que sempre que o processo de aprendizagem requer, “a educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios...”, amparando desta forma o ensino das CFR, que acontece por regime de alternância. (*Diretrizes Operacionais para as Escolas do Campo*, 2002).

Segundo GOWACKI (et. al., 2007) até então, o calendário escolar era único, os conteúdos organizados da mesma forma, pensados por pessoas desvinculadas do meio e o camponês não tinha acesso a informação, lazer e qualidade de vida como na cidade.

Algumas ações das diferentes esferas governamentais, foram de grande

importância para a educação do campo e para a pedagogia da alternância, conforme é apresentado no Caderno SECAD 2 (2007) como: a constituição de um Grupo Permanente de Trabalho (GPT) sobre Educação do Campo, criado pelo MEC, a instituição da Coordenação-Geral de Educação do Campo, vinculada à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD; a criação do Grupo Temático de Educação do Campo pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF, através da resolução nº 41 de 05 de abril de 2004.

Segundo o Relatório anual de atividades da ARCAFAR Sul, do ano de 2006, o CEFFA's, alcançou muitos avanços, dentre eles, a participação na elaboração das Diretrizes operacionais para a *Educação Básica das Escolas do Campo*, representação no GT de Educação do Campo no Condraf, participação do GPT do MEC, assento no Condraf, Cedraf e Conselhos dos Territórios, participação nos Seminários Estaduais, Regionais e Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo e recursos financeiros para a realização da formação de monitores, jovens, auxiliares e associações, para a realização de Seminários e Encontros Regionais, para a realização de intercâmbios de jovens, Congresso Internacional, ampliações e construções de CFR's, veículos para a realização das visitas nas propriedades, além de recursos para a realização destas visitas de Assistência Técnica e Extensão Rural-ATER. Também aconteceu a contratação de um articulador Nacional do CEFFA's para atuar em Brasília. E a conquista mais importante foi o reconhecimento da Pedagogia da Alternância pelo Conselho Nacional de Educação, reivindicação contemplada nos documentos elaborados por ocasião dos eventos de Educação do Campo Regionais, Estaduais e Nacionais (GOWACKI et al, 2007).

Segundo Gowacki et al (2007) o parecer CNE/CBE nº 1/2006, encaminhado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC, aprovado em 1º/2/2006, descreve a Pedagogia da Alternância, sua

origem, história, delimita, referindo-se ao CEFFA's, descreve os instrumentos da Pedagogia da Alternância e os pilares.

Um outro avanço das CEFFA's aconteceu junto a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, que disponibilizou o *Convênio de Cooperação Técnica e Financeira*, o qual visa oportunizar aos filhos dos pequenos agricultores a escolarização e qualificação profissional em nível fundamental.

Professores da rede Estadual trabalham a escolarização em conjunto com a equipe de monitores, de forma interdisciplinar. Também foram criadas, dentro dos Núcleos Regionais de Educação, de um setor de acompanhamento e Assessoria Pedagógica (GOWACKI et al, 2007).

A SEAB – *Secretaria de Estado de Agricultura e do Abastecimento e Vinculadas*, estabeleceram o *Termo de Cooperação Técnica*, visando bases para a formação e qualificação das famílias rurais, através das Casas Familiares Rurais, as quais utilizam a Pedagogia da Alternância, buscando tornar o Projeto na principal alternativa de profissionalização dos jovens rurais do Estado do Paraná.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Pedagogia da Alternância vem ampliando sua aceitação e adesão junto aos movimentos sociais do campo, ganhando um significado maior pelo fato do campo de experimentação ser a própria propriedade familiar. Neste sentido, os pais, alunos, a comunidade são sujeitos fundamentais na construção da proposta curricular e dos demais direcionamentos da CFR.

A caminhada das CFR's demonstra uma constante busca para a realização de uma Educação do Campo, adequada aos sujeitos do campo. A teoria (conhecimento sistematizado) que se produziu de Educação do Campo é resultado das práticas desenvolvidas por diversas experiências, e que produziram Educação

do Campo de forma completa, respeitando os sujeitos do campo em suas especificidades, onde estes sujeitos são atores em seu processo de formação, valorizando o seu conhecimento e sua cultura.

A CFR é outra maneira de ser escola. A gestão é das famílias que compartilham o poder educativo, administrando a escola através de uma Associação. O projeto pedagógico é construído pela alternância, entre a escola e o meio profissional. A Associação e a Pedagogia da Alternância são meios que possibilitam uma formação integral e o desenvolvimento local sustentável solidário.

No resgate histórico verificamos que, a partir da organização e da reflexão realizada nos Seminários, Encontros e Conferências de Educação do Campo, houve avanços significativos nas políticas públicas, porém ainda há muito que avançar para garantir a implementação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo, com direito a financiamento diferenciado para garantir condições de oferecer uma educação de qualidade aos sujeitos do campo, formação continuada de educadores, e o respeito às especificidades desta proposta de educação libertadora, pois o centro da formação da CFR é o homem (GOWACKI et al, 2007).

A formação na CFR acontece dentro e fora da sala de aula, nas comunidades, nas famílias e em diversas atividades que envolvem a agricultura familiar, respeitando as especificidades das Comunidades, Municípios e Região. Através dos instrumentos da Pedagogia da Alternância, é estimulado o diálogo na família, o filho ouve o pai e vice-versa, e estes desenvolvem a confiança mutua e passam a falar mais sobre os problemas e possíveis soluções, fazem uma reflexão sobre as atividades desenvolvidas, o por quê, como e os resultados obtidos, e desta forma analisam a sua prática cotidiana.

Segundo GOWACKI (et. al., 2007) o educando é instigado a duvidar, questionar e testar na prática a aplicabilidade da teoria. Isto motiva muito o

aprendizado, e nesta dinâmica ele vê a matemática, o português, Ciências, História, geografia e outros conhecimentos interagindo entre si e com o conhecimento técnico de forma interdisciplinar, objetivando o desenvolvimento local sustentável solidário.

Esta escola, em sua proposta pedagógica, contempla a diversidade social, aspectos culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia do campo, o respeito as diferenças e a igualdade de direitos, cumprindo o estabelecido nos Arts.23, 26 e 28 da Lei nº 9.394/96, contemplando a diversidade campesina em todos os seus aspectos. Contempla a flexibilização do calendário escolar, salvaguardando, nos diversos espaços pedagógicos e tempos de aprendizagem, os princípios da política de igualdade (Diretrizes Operacionais para as Escolas do Campo, 2002)

Diante da pesquisa realizada e da prática, podemos afirmar que a Pedagogia da Alternância, quando desenvolvida adequadamente, desenvolve a Educação do Campo da forma mais plena, respeitando suas individualidades, valorizando a sua identidade, sua cultura, lazer, saúde, desenvolvimento humano, enfim, todas as dimensões. (Parecer CNE/CEB nº 1, 2006).

Por fim, a partir desse estudo, pode-se inferir que a Casa Familiar Rural, por meio da Pedagogia da Alternância, apresenta-se como uma alternativa teórico-metodológica adequada para a Educação do Campo. Ela pode contribuir para desenvolvimento das famílias rurais, pois oferece uma educação integral, em que as famílias participam da formação junto aos jovens, isso faz com que aconteça uma transformação positiva nas mesmas.

## REFERÊNCIAS

ARCAFAR SUL. **Anais do I Congresso Internacional da Pedagogia da Alternância.** Pato Branco, 2003

ARROYO, M. G., CALDART, R. S., MOLINA, M. C. (Organizadores) **Por uma educação do campo**. Petrópolis:Vozes, 2004

ARROYO, M. Palestra: **A Educação do Campo e as Políticas Públicas**. Especialização em Educação do Campo da Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, Pr. 26/03/2007.

ARROYO, M. Palestra: Conferência Inaugural: **Um projeto para o Brasil e a Educação do Campo**. II Conferencia Nacional Por Uma Educação do Campo. Luziânia, GO, 02/08/2004.

**Articulação Paranaense: por uma educação do campo**, cadernos 1, 2 e 3. Porto Barreiro, 2000.

BEGANAMI, J.B. **Pedagogia da Alternância Como Sistema Educativo**. Revista Formação Por Alternância. Brasília: Unefab, Ano 1, nº 2, julho de 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Brasília:Ministério da Educação, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Grupo de Trabalho de Educação do Campo. Referências para uma política nacional de educação do campo.** Caderno de Subsídios, Brasília, DF, 2003.

CALDART, R.S. **Elementos para a Construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo.** Seminário de Educação do Campo: A construção da Identidade da Educação do Campo. Pinhão, Pr. 2004.

Carta de Pernambuco. **Seminário Estadual de Educação do Campo de Pernambuco.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Recife. 2005.

Carta de Santa Catarina. **I Seminário Estadual de Educação do Campo de Santa Catarina.** Ministério de Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Coordenação Geral de Educação do Campo. Florianópolis. 2004

**Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo.** CNE/MEC, Brasília, 2002.

Documento Final II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo. Educação do Campo. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/secad>. Acesso em 30/03/2011, 16 horas.

ESTEVAM, D. de O. **Casa Familiar Rural: a formação com base na Pedagogia da Alternância.** Florianópolis: Insular, 2003

ESTEVAN, D. de O. **Casa Familiar Rural: A formação com base na Pedagogia da Alternância.** Florianópolis: Insular, 2003. 126p.

FREIRE, P., **Pedagogia da Autonomia - Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo, Brasil: Paz e Terra (Coleção Leitura), 1997. Edição de bolso, 165 páginas.

GIMONET, J. C. **Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: as Casas Familiares Rurais de Educação e Orientação.** In: Anais do I Seminário Internacional da Pedagogia da Alternância: Alternância e Desenvolvimento. Salvador: UNEFAB, 1999, p.39-48.

GNOATTO, A. A. **Pedagogia da Alternância: Uma proposta de Educação e Desenvolvimento no Campo.** Curitiba, 17 folhas. Doutorando.

GOWACKI, C.F. **A Educação na Casa Familiar Rural.** Monografia, Francisco Beltrão – Pr. 1997.

GOWACKI, C.F; BERNARTT, M. de L; TEIXEIRA, E. S. **Casa familiar rural e pedagogia da alternância: alternativa teórico-metodológica adequada para a educação do campo.** UTFPR. Pato Branco, 2007. 30p.

HENRIQUE, R; MARANGON, A; DELAMORA, M; CHAMUSCA, A. (orgs.). **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas.** SECAD/ MEC. Cadernos SECAD 2. Brasília. 2007.

KOLLING, J. E; CERIOLI, P. R e CALDART, R.S. (orgs.) **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Coleção Por uma Educação do Campo nº 4, Brasília, DF, 2002.

LAMBERT, D. A maison familiale rurale de Granit (em Québec, Canadá). In : UNEFAB. Vários Autores. **Pedagogia da alternância: formação em alternância e desenvolvimento sustentável**. Brasília: Cidade Gráfica. nov. 2002. p. 33-42.

Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 1/2006**. Colegiado CEB. Aprovado em 1º/2/2006.

QUADROS, S. T e BERNARTT, M. de L. **Pedagogia da alternância e projeto profissional de Vida: contribuições para a permanência do jovem no meio rural**. UTFPR. Pato Branco, 2007. 20p.

SILVA, L. H. da. **Modalidade, Representações e Práticas de Alternância na Formação de Jovens Agricultores**. Revista Formação Por Alternância. Brasília: Unefab, Ano 1, nº 2, julho de 2006.

HENRIQUE, R; MARANGON, A; DELAMORA, M; CHAMUSCA, A. (orgs.). **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. SECAD/ MEC. Cadernos SECAD 2. Brasília. 2007.